

## Sumário

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	7

### PARTE I

1. Discussões filosóficas preliminares .....	17
1.1. O “conhecimento” e a “cognição” na doutrina processual: estado da arte calcado em expressões equivocadamente pro- cessualizadas .....	18
2. Teoria do conhecimento: um aporte filosófico, lógico e epistemo- lógico ao processo .....	25
2.1. Algumas observações iniciais conceituais e terminológicas ..	25
2.2. O que é, pois, conhecimento? .....	27
2.2.1. Crença .....	32
2.2.2. Verdade como valor proposicional .....	32
2.2.2.1. Afastamento de óbices metodológicos meramente ideológicos. Por uma linguagem academicamente honestas .....	33
2.2.2.2. Verifobia e concepções nebulosas de verdade – o senso comum como empecilho .....	39

2.2.2.3. Os portadores de verdade.....	42
2.2.3. Conceitos de verdade .....	47
2.2.3.1. Verdade como redundância.....	49
2.2.3.2. Teorias pragmáticas da verdade .....	51
2.2.3.3. Teoria coerentista da verdade .....	55
2.2.3.4. Teoria correspondentista da verdade.....	57
2.2.4. Knowledge of things e knowledge of truth; knowledge by acquaintance e knowledge by description: questões ulteriores necessárias sobre conhecimento e a aparente confusão da doutrina processual .....	60
2.2.5. Idealismo filosófico e direito – seriam os verificóicos idealistas? .....	65
2.2.6. A virada linguística da filosofia do conhecimento – <i>problem solving view</i> , a inaplicabilidade às proposições singulares do processo e seus problemas – verdade como critério lógico .....	70
2.2.7. As limitações processuais (mas não só lá) para busca da verdade. Breves reflexões sobre a insuficiência do argumento.....	74
2.2.8. A justificação.....	76
2.2.8.1. Argumento dedutivo .....	77
2.2.8.2. Argumento indutivo.....	82
2.2.8.2.1. A probabilidade estatística .....	86
2.2.8.2.2. A probabilidade subjetiva.....	92
2.3.3.3. A probabilidade indutiva ou lógica.....	95
2.2.8.3. Argumento abduutivo .....	99
2.2.9. Contextualismo epistêmico e processo .....	102
3. Prova: elementos informativos, regras inferenciais e corroboração de hipóteses.....	107
3.1. Direito probatório x raciocínio probatório: uma diferenciação mais que fundamental .....	107

3.2. Sistemas probatórios: o “giro racionalista” x visão subjetivista da prova.....	110
3.3. Prova como conhecimento x prova como persuasão .....	114
3.3.1. Problemas da adoção de significados e de forças subjetivos da expressão “está provado que P” .....	120
3.3.2. Por uma adoção de significados e de forças objetivos da expressão “está provado que P” .....	126

## PARTE II

1. Testemunhos dependentes da memória.....	131
1.1. Relatos e processo. Uma visão geral da epistemologia sobre o testemunho .....	131
1.2. Relatos dependentes da memória no processo: aportes ulteriores pela filosofia da linguagem como ato ilocucionário específico. Características .....	138
1.2.1. Referência como ato de fala: uso, axiomas, princípios e regras do ato de referenciar .....	141
1.2.2. Predicação .....	145
1.2.3. Força ilocucionária assertórica. Intencionalidade descritiva .....	148
1.3. Relatos, conteúdo informacional, conhecimento e provas: testemunhos transmitem conhecimento? Mais confusões a serem dissipadas.....	150
2. Garantias de inferência indutiva e relatos dependentes da memória .....	155
2.1. Por que crer em testemunhos? Debates epistemológicos sobre a justificativa da crença em um relato testemunhal .....	155
2.1.1. O debate reducionismo x antirreducionismo e as bases do presuntivismo judicial sobre o valor epistêmico do testemunho .....	157
2.1.2. Há inferências válidas para crer justificadamente em um testemunho? Aportes da epistemologia .....	160
2.1.3. Testemunhos expertos x testemunhos dependentes da memória. A controlabilidade inferencial como diferenciador fundamental. Especificações ulteriores.....	171

2.2. Por que os Tribunais creem em testemunhos? Regras inferenciais usadas no cotidiano forense .....	175
2.2.1. Relatos mentirosos verdadeiros? Sim, são possíveis ...	175
2.2.2. As supostas relações entre paradoxo/contradição, falsidade, coerência e verdade como regras inferenciais .	182
2.2.3. Consonância entre relatos: reprodução de versões semelhantes equivalem à verdade? A insubsistência da verdade como consenso .....	191
2.2.4. Crença de conhecimento pela mera apreensão dos sentidos – O problema Russelliano da aparência e da realidade .....	196
3. A memória como fonte autônoma de justificação .....	199
3.1. Relatos dependentes da memória como a reprodução de um filme ou como uma caixa de armazenagem de informações? Uma atividade dinâmica e de constante (re)construção interpretativa .....	202
3.1.1. Formação da(s) memória(s) como processo de constante (re)interpretação: a codificação das informações pelos sujeitos .....	204
3.1.1.1. Codificação das informações: fatores dos acontecimentos.....	205
3.1.1.2. Codificação das informações: fatores dos sujeitos.	217
3.1.2. Formação da(s) memória(s) como processo de constante (re)interpretação: a retenção das informações interpretadas .....	230
3.1.3. Formação da(s) memória(s) como processo de constante (re)interpretação: recuperação das informações interpretadas .....	239
4. Conclusões parciais .....	249

## PARTE III

1. Provas, sistemas legais probatórios e testemunhos dependentes da memória .....	253
1.1. O livre convencimento e a visão subjetivista da prova. O “livre convencimento” como autorização da adoção de uma premissa dedutiva incontrolável .....	253
1.2. Pequenos golpes intuitivos do legislador e dos aplicadores do direito: restrições dos testemunhos dependentes da memória como aptos a corroborar hipóteses fáticas .....	259
1.3. Diferenciação sistemática entre testemunhos dependentes da memória formulados por terceiros e pelas partes. A inconsistente diferença de “força probatória” processual legal condicionada ao executor do ato de fala assertórico .....	266
1.4. Restrições aos testemunhos dependentes da memória legais quanto aos seus conteúdos e suas consequências epistêmicas.	272
2. Pseudomutação epistêmica. A estranha (e injustificável) variação das forças probatórias dos testemunhos no processo: ora objeto, ora elemento de prova, independentemente de modificações de seu conteúdo proposicional .....	279
2.1. O fenômeno da “pseudomutação epistêmica” no processo penal	280
2.2. O fenômeno da “pseudomutação epistêmica” no processo civil	289
3. Um passo adiante, mas ainda atrás do epistemicamente justificado: necessidade de narrações corroboradas por outros elementos de prova. Do presuntivismo ao semipresuntivismo .....	299
3.1. A exigência de fiabilidade e controlabilidade sobre as provas eletrônicas .....	302
3.2. A exigência de fiabilidade e controlabilidade sobre as provas materiais .....	308
3.3. Problemas do semipresuntivismo ainda a superar .....	311
4. Superação do semipresuntivismo. Por uma proposta de racionalidade equânime no tratamento entre os testemunhos dependentes da memória .....	315
4.1. Os testemunhos dependentes da memória em um processo penal epistêmica e homoganeamente orientado. ....	316

4.2. Os testemunhos dependentes da memória em um processo civil epistêmica e homogeneamente orientado .....	320
Bibliografia .....	325